



AÇÕES DO COMITÊ INTERINSTITUCIONAL PARA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SANEAMENTO

Natal, 1º de março de 2024.

Rachel Medeiros Germano - Promotora de Justiça
Coordenadora do Caop Meio Ambiente (MPRN)

Janny Suenia Dias de Lima
Assistente Ministerial (MPRN)





○ Comitê Interinstitucional de Resíduos Sólidos e Saneamento do



RN foi instituído em 20 de junho de 2023 – por meio de acordo de cooperação técnica assinado entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN), Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Norte – 21ª REGIÃO (MPT), Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN), Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte (Semarh), Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Idema), Defensoria Pública do Estado do RN (DPE), Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn), Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Oeste Potiguar (Cimop), Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Seridó (Cim-Seridó), Cáritas Diocesana de Caicó e Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes).







ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 29/2023-COMITÊ INTERINSTITUCIONAL


ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (MPRN), POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA E DO CAOP MEIO AMBIENTE, MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NO RIO GRANDE DO NORTE – 21ª REGIÃO, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE/RN), PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE), SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (SEMARH), INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE (IDEMA), DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RN, FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE (FEMURN), CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE POTIGUAR (CIMOP), CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DO SERIDÓ (CIM-SERIDÓ), CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ E A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL (ABES), PARA CRIAÇÃO DO COMITÊ INTERINSTITUCIONAL PARA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SANEAMENTO, NA FORMA AJUSTADA.

- 
- O comitê foi criado a partir de provocação da Comissão de Meio Ambiente, do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA/CNMP), que instou todos os Ministérios Públicos dos estados a formalizar parcerias que já existiam informalmente, como com os órgãos ambientais, TCEs e MPT, para citar as mais comuns.
 - A instituição dos comitês passou a ser considerada indicador na temática de resíduos pelo CNMP. A CMA monitora a política de resíduos em todo o País nos seus diversos instrumentos, disponibilizando esses dados num painel de BI acessível a todos por meio do site https://public.tableau.com/app/profile/cnmp/viz/CMA_Gestao_Residuos/Painel_Inicial
- 



Esse direcionamento do CNMP foi reforçado por outra comissão de meio ambiente, a Copema, Comissão Permanente de Meio Ambiente, do GNDH (Grupo Nacional de Direitos Humanos), ligado ao CNPG (Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais), com a aprovação do seguinte enunciado:





Enunciado nº 03/2023 - COPEMA

“O Ministério Público deverá desenvolver meios e caminhos resolutivos para, de forma eficiente e integrada, alcançar resultados práticos que garantam a implementação da política nacional de resíduos sólidos e saneamento básico, priorizando estratégias conjuntas com instituições e órgãos, fomentando a formalização da constituição de um comitê interinstitucional, que deverá estar alinhado com o planejamento estratégico do Ministério Público, visando desenvolver um trabalho contínuo para fortalecer a atuação nestas importantes temáticas.”

Apresentado na 4ª Reunião Ordinária do CNPG, de 31 de maio de 2023, aprovado à unanimidade.






Plano de trabalho, aprovado após a instituição do comitê. A ideia do comitê é unir e articular esforços dos órgãos e instituições que já trabalham com a implementação da política de resíduos sólidos de algum modo.

Comitê com previsão para atuar durante 60 anos. Plano de trabalho anual, refeito a cada 12 meses





Exemplo: foco do MP é a erradicação de lixões. Etapa de propor ANPP. TCE instrui os processos com planilhas das despesas de cada município na área.

- Apoiar eventos uns dos outros.
- Reuniões periódicas para monitorar execução das ações.



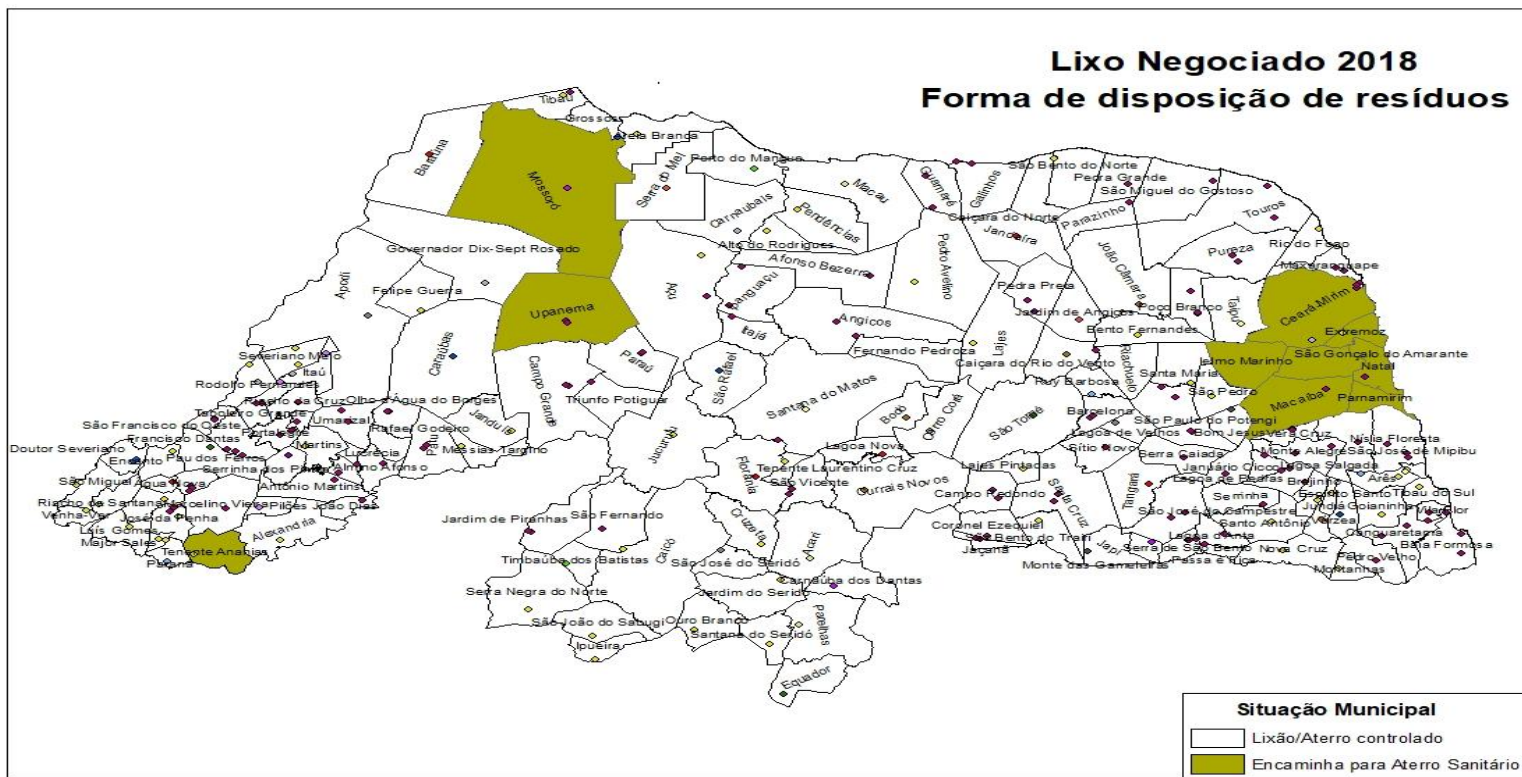


Projeto Lixo Negociado

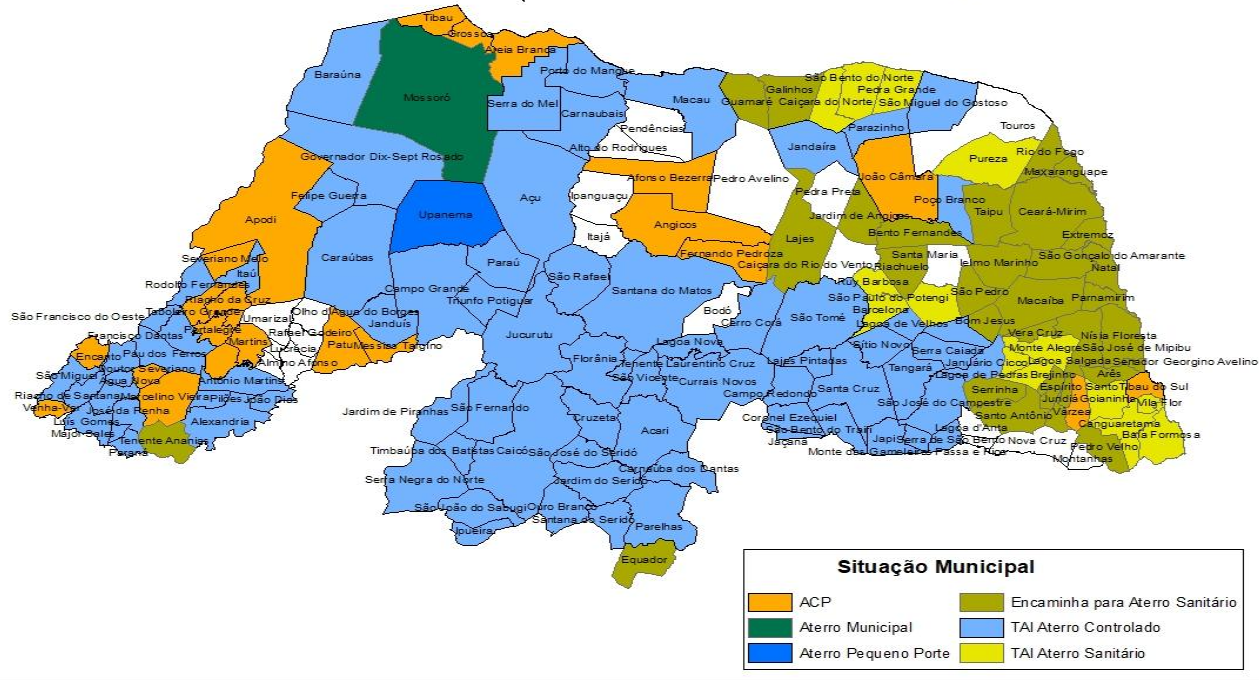


Lixo Negociado 2018

Forma de disposição de resíduos



Lixo Negociado 2023



1. 2024 – ainda sem nenhum aterro regional. Seridó (licença de instalação – previsão da primeira célula) e Alto Oeste – aterro privado em instalação;

2. 02 aterros na região metropolitana – 36 municípios;

3. 01 aterro em Mossoró, apenas para esta cidade;

6. Maior parte dos resíduos produzidos em aterro sanitário – municípios mais populosos;

4. 01 aterro de pequeno porte em Upanema

5. 02 municípios enviam resíduos para aterro sanitário na PB;

CENÁRIO POTIGUAR

7. 210 Áreas a recuperar

CONTUDO, 127 municípios mandam para lixões e mesmo os que enviam para equipamento licenciado ainda mantêm lixões (maioria).



CENÁRIO NORDESTINO

- Muitos estados já mudaram essa realidade;
- No Nordeste, a Paraíba avançou muito e Pernambuco e Alagoas encerraram todos os lixões, os municípios dispõem adequadamente os resíduos/rejeitos.





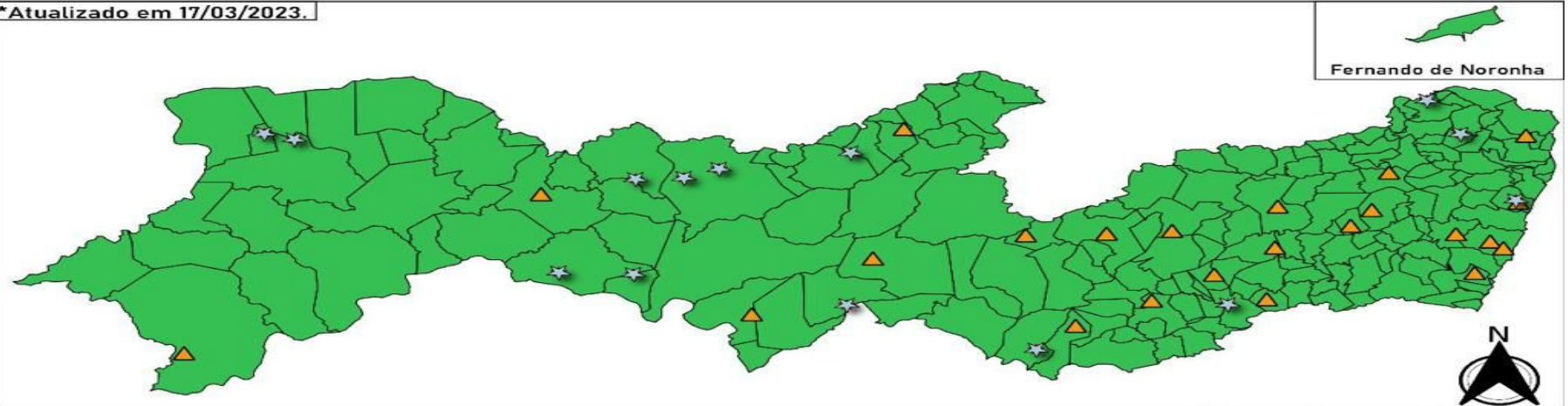
■ Lixões encerrados
■ Aterro Maceió
■ Aterros sanitários





MAPA DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DE PERNAMBUCO - MARÇO/2023

*Atualizado em 17/03/2023.



Legenda

- ▲ Localização dos 23 aterros sanitários licenciados e em operação
- ★ Localização dos 14 aterros sanitários com processo de Licença Prévia em curso na CPRH
- 185 municípios/distrito com destinação final adequada

0 50 100 km

1:2.250.000

Datum: SIRGAS 2000

Secretaria de
Meio Ambiente
e Sustentabilidade





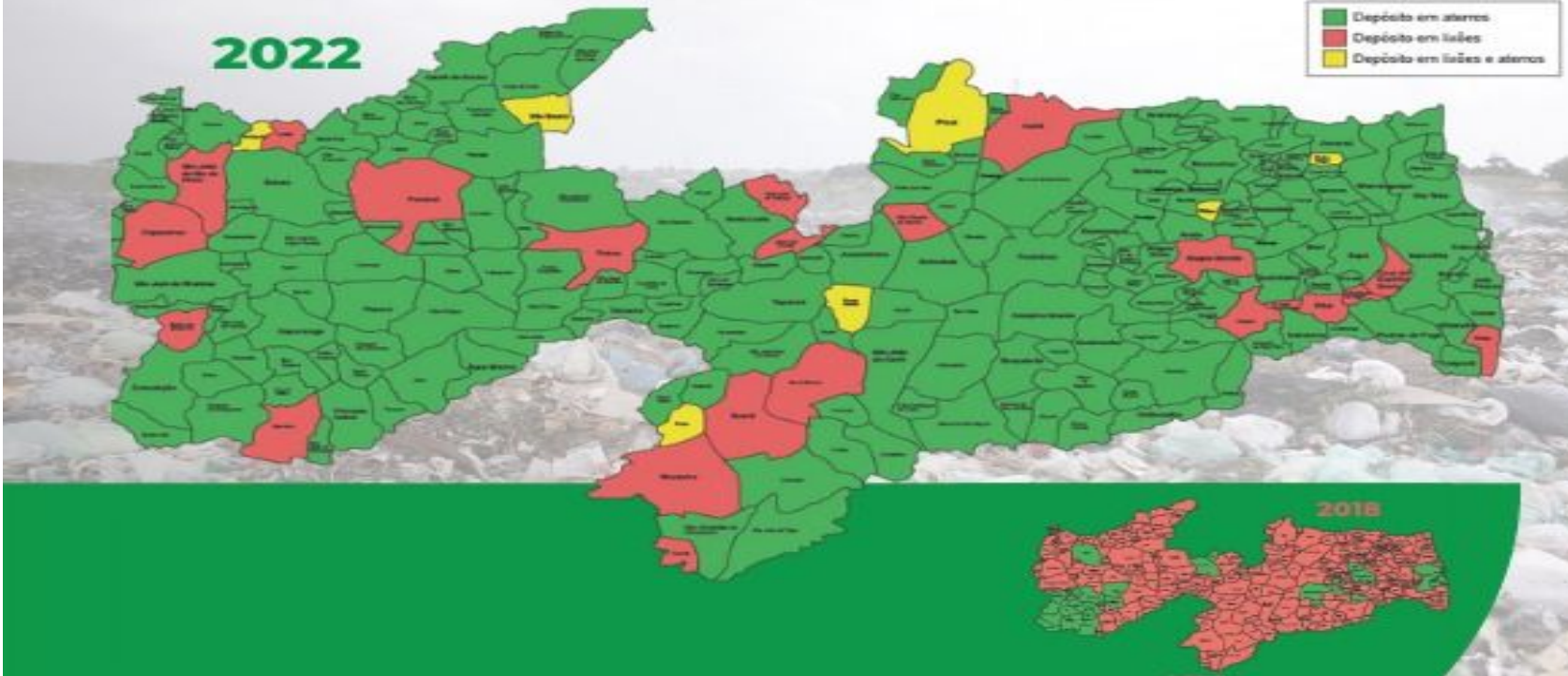
MEIO AMBIENTE



mpgboficial

2022

- Depósito em aterros
- Depósito em lixões
- Depósito em lixões e aterros




2018





Resultados Lixo negociado:

- 1) Realizadas 165 sessões de negociação com celebração de 125 TAIs, nas diversas regiões do RN;
 - 2) 57 municípios implementaram total/parcial o aterro controlado;
 - 3) 18 municípios criaram as associações de catadores e os espaços destinados a esses;
 - 4) Incremento de 5 vezes de municípios encaminhando os resíduos sólidos para os aterros sanitários metropolitanos;
 - 5) Georreferenciamento de todos os lixões do Estado.
- 



Lixo negociado: histórico e premiação

- Pequeno registro da trajetória do projeto

1º Lugar na categoria sustentabilidade da premiação CNMP de 2023 - prestigiando a autocomposição.

Houve muitas conquistas, mas podemos e devemos avançar.





COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DE RESÍDUOS representa um desses avanços, aliado ao instrumento do ANPP.

Apoio e fomento do CNMP nessas duas ferramentas. O Comitê legitima o ANPP.
Articulação prévia.

Consta do plano de trabalho interinstitucional.





OBRIGADA!

RACHEL MEDEIROS GERMANO – PROMOTORA DE JUSTIÇA

JANNY SUÊNIA DIAS DE LIMA - ASSISTENTE MINISTERIAL

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE MEIO AMBIENTE

Tel.: (84) 99972-1219

e-mail: caop.meioambiente@mprn.mp.br

